



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VIVIANNE DE SOUSA BARROS

UMA ESCOLA FILANTRÓPICA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

PICOS-PI

2017

VIVIANNE DE SOUSA BARROS

UMA ESCOLA FILANTRÓPICA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí–UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Alveni Barros Vieira.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

B277e Barros, Vivianne de Sousa

Uma escola filantrópica no semiárido piauiense / Vivianne de Sousa Barros.– 2017.

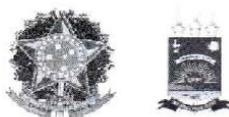
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (48f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof.^a Dra. Maria Alveni Barros Vieira

1. Escola Filantrópica. 2. Semiárido Piauiense.
3. Filantropia. I. Título.

CDD 379.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro de 2017, às 16h, na sala 827, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **Viviane de Sousa Barros** sob o título “Uma escola filantrópica no Semiárido Piauiense”.

Banca constituída pelos (as) professores (as):

Dr ^a . Maria Alveni Barros Vieira	Orientadora
Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz	Examinadora
Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho	Examinadora

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 10,0.

Picos (PI) 24 de novembro de 2017.

Orientadora: Maria Alveni Barros Vieira
Examinadora: Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Examinadora: Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Dedico este trabalho a toda Família São Gabriel, por terem permitido que esse sonho tão lindo fosse possível e por não medirem esforços para educar as crianças que por essa escola filantrópica passaram.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me permitir concluir essa jornada, ao longo de toda minha vida, sempre esteve ao meu lado, não só nestes anos de vida acadêmica, mas em todos os momentos difíceis que passei e é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A Universidade Federal do Piauí pela oportunidade de fazer o curso nos possibilitando um ambiente amigável e criativo através de todos os seus funcionários em especial seus professores qualificados que cruzaram meu caminho e me proporcionaram momentos únicos de aprendizagem e crescimento, cada um de vocês contribuiu na minha formação e estão gravados em minha memória e no meu coração. Em especial minha orientadora a professora Dr^a. Maria Alveni Barros Vieira por toda sua atenção, dedicação e esforço para que eu pudesse ter confiança e segurança na realização deste trabalho. Foi uma honra contar com seu apoio e dedicação. A senhora é um grande exemplo de mulher forte e excelente profissional.

Agradeço aos meus pais pelo carinho e incentivo, meu pai que tantas noites foi cuidar das minhas filhas para que eu não perdesse aula, além das palavras de incentivo ao longo dessa caminhada. Em especial a minha mãe Zilda Barros, inspiradora desse trabalho, exemplo de dedicação e amor ao próximo, sempre perseverante nos seus objetivos, obrigada por não me fazer desistir, pelo incentivo e apoio. Mãe e pai o cuidado, dedicação e a presença de ambos me trouxe segurança e a certeza que não estou só nesta caminhada.

Francisco Kleber meu marido e companheiro de vida sem você não teria chegado até aqui, sei que pra você não foi fácil me ver sair todas as noites, lhe agradeço imensamente o apoio e amor, pois foi esse amor que lhe fez vencer seus medos e insegurança que lhe acompanharam esses anos todos. Você foi meu alicerce e porto seguro obrigada por tudo. Minhas filhas queridas, Fernanda e Fabiana, quantas vezes não choraram a minha ausência?! Mas também quantas vezes não me deram força, me incentivaram a não desistir, obrigada pela compreensão tudo foi por vocês pensando em vocês.

Meus irmãos Bruna, Bruno e Ismênia que tanto me incentivaram e contribuíram cada um da sua maneira, vocês são tudo na minha vida. Obrigada pelo apoio, carinho e dedicação que me tens. Amo vocês!

E o que dizer da minha equipe malévolas?! Quantos risos e lágrimas compartilhamos juntas?! Quantas vezes nos fortalecemos juntas, insistindo para que ninguém desistisse. Obrigada pelas noites mais divertidas que me proporcionaram, sem vocês não teria sido tão bom. A todos os companheiros de sala, aquela turma top que todos respeitam.

A toda minha família de sangue e a de coração, obrigada pela torcida e grande ajuda que me deram nesses anos e por confiarem em mim me dedicando tanto carinho e atenção.

Aos amigos que já tinha aos amigos que ganhei somente a agradecer.

A educação exige os maiores cuidados, porque
influi sobre toda a vida.

Sêneca

RESUMO

O trabalho aborda o nascimento e desenvolvimento de uma escola filantrópica no semiárido piauiense, a Escola São Gabriel. Dessa forma, problematizamos então, o processo de criação ao questionarmos quais condições conjunturais permitiram a criação de uma escola comunitária de caráter filantrópico na municipalidade de Picos (PI). O trabalho analisa a conjuntura histórica das décadas de 1980 e 1990, averiguando as condições que levaram a necessidade de uma escola de filantropia na Comunidade Cipaúba, destacando os sujeitos que fizeram parte dessa história e os elementos que fizeram da Escola São Gabriel uma instituição de ensino filantrópica. Para a construção do estudos, além da pesquisa bibliográfica, adotou-se as fontes orais e o trabalho foi construído por meio de narrativas. Assim, podemos perceber como a Escola São Gabriel, através do empenho da família fundadora e dos professores que foram voluntários fizeram o diferencial na vida de crianças da localidade.

Palavras-chave: Filantropia. Semiárido piauiense. Escola São Gabriel.

ABSTRACT

The paper addresses the birth and development of a philanthropic school in the semi-arid Piauí, São Gabriel School. Thus, we problematize the creation process by questioning what conjunctural conditions allowed the creation of a philanthropic community school in the municipality of Picos (PI). The work analyzes the historical conjuncture of the 1980s and 1990s, ascertaining the conditions that led to the need for a philanthropic school in the Cipaúba Community, highlighting the subjects that were part of this history and the elements that made the São Gabriel School a teaching institution philanthropic For the construction of the studies, besides the bibliographical research, the oral sources were adopted and the work was constructed through narratives. Thus, we can see how the São Gabriel School, through the commitment of the founding family and the volunteer teachers, made the difference in the lives of local children.

Keywords: Philanthropy. Semi-arid Piauí. São Gabriel School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Primeiro Capítulo: O amor à humanidade.....	13
1.1.Etimologia, história e modalidades.....	13
1.2.A emergências das escolas filantrópicas no Brasil.....	16
1.3 Modalidades de escolas de filantropia.....	18
SEGUNDO CAPÍTULO: A comunidade e a necessidade de escolas.....	22
2.1. Origens históricas da comunidade de Cipaúba.....	22
2.2. O mestre-escola Luiz Belizário e as normalistas.....	25
2.3. A filantropia da família de Dona Zilda de Sousa Barros.....	27
TERCEIRO CAPÍTULO: A escola Filantrópica São Gabriel.....	34
3.1. A intervenção da Fundação Cristã para Crianças e Idosos.....	34
3.2. A proposta educativa da escola filantrópica São Gabriel.....	36
3.3. O voluntariado docente: o grande diferencial.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Os estudos históricos das instituições escolares no Brasil vem adquirindo destaque no campo da historiografia educacional mais recente. Estudiosos e pesquisadores da História da Educação Brasileira tem sido unânimes em registrar o imenso crescimento da produção científica e acadêmica na área. Todavia, devemos observar que a História das Instituições escolares e/ou educativas não tem sido escrita necessariamente sob o rótulo de História das Instituições escolares e/ou educativas. É possível notar ainda que nem sempre o foco do pesquisador ilumina a Instituição como um todo, mas restringe-se a um dos seus segmentos e/ou componentes, como é o caso da nossa investigação.

Para compreender e explicar a criação de uma escola filantrópica no semiárido piauiense nas décadas de 1980 à 1990, decidimos partir de um contexto histórico mais geral e de determinado tipo de política educacional. Problematizamos então, o processo de criação ao questionarmos quais condições conjunturais permitiram a criação de uma escola comunitária de caráter filantrópico na municipalidade de Picos (PI)? De outro modo estamos perguntando, por que e como uma comunidade rural, situada na região do semiárido piauiense, criou e subsistiu o funcionamento de uma escola filantrópica para meninos e meninas? Sob qual projeto político pedagógico a escola foi criada e entrou em efetivo funcionamento? Quem foram seus mestres? Quem foram seus alunos?

Em termos mais específicos, objetivamos:

- ✓ Reconstruir o contexto histórico em que se deu a criação das primeiras instituições filantrópicas do Brasil;
- ✓ Analisar os condicionantes históricos, sociais e culturais que favoreceram a criação de uma escola comunitária filantrópica em Picos (PI) nas décadas de 1980 à 1990;
- ✓ Descrever a estrutura e o funcionamento da referida Escola.

O nosso acesso como pesquisadora à instituição estudada, foi facilitado, sobremaneira, pelas relações de familiaridade e parentesco com os idealizadores da escola. Assim pudemos coletar nosso material de pesquisa durante dias espaçados entre os meses de setembro e outubro de 2017. Quatro pessoas foram selecionadas para as entrevistas, o casal que idealizou e colocou em funcionamento a escola, uma professora voluntária, a diretora atual da escola. Fundamentamos nossas entrevistas na metodologia denominada por Joutard (1996) como História Oral que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições entre outros aspectos da História

Contemporânea. Para Garrido (1993) utilizar fontes orais possibilita desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa:

Um dos aspectos mais interessantes do uso de fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. Esta aproximação crítica ao testemunho oral consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do corpus de documentos orais. Daí a importância de se estabelecer uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes. (GARRIDO, 1993, p. 39).

O roteiro básico das entrevistas foi estruturado a partir de três questões instigadoras:

- 1ª. Em quais circunstâncias emergiu a ideia de criar uma escola filantrópica?
- 2ª. Quais as condições infra estruturais e o ordenamento legal da escola?
- 3ª. Quais os atores sociais desse projeto?

A análise de nossas fontes que foram orais (entrevistas) e escritas (livros, leis, reportagens) enquadra-se no conjunto de pesquisas históricas da educação brasileira que, privilegiam o caráter histórico da criação e normas de funcionamento que caracterizam as instituições escolares. Dessa perspectiva, podemos classificar essa investigação como uma pesquisa exploratória (o objeto de estudo –a escola São Gabriel- ainda não foi objeto de outros estudos), de abordagem qualitativa, posto que, não nos preocupamos com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social (MINAYO, 2001).

Para a construção do texto fizemos uso de duas estratégias narrativas: no primeiro caso, que corresponde ao primeiro capítulo, onde procuramos atender as orientações de Rodrigues (2007) acerca da escrita de um texto científico subdividido em várias partes a fim de facilitar uma compreensão mais ordenada do conhecimento por parte do leitor. A narrativa dos dois capítulos seguintes encontra-se assente em uma linguagem literária pautada no enredo em que os fatos nos foram contados: uma trajetória histórica.

A metodologia da exposição dos resultados da pesquisa encontra-se ordenada em três capítulos. O primeiro, denominado *O amor à humanidade*, foi dedicado a apresentação etimológica da palavra filantropia através de uma perspectiva histórica que também apresenta a emergência dessa modalidade de instituição no Brasil. Em seguida, cuidamos em apresentar as modalidades de instituição filantrópicas no Brasil, assim como as suas regulamentações legais de funcionamento.

No segundo capítulo, *A comunidade e a necessidade de escolas*, apresentamos as origens históricas da comunidade Cipaúba, desde o estabelecimento das primeiras famílias na povoação, descrevendo suas formas de viver e sobreviver naquele espaço que era de agricultura e de criação de gado. Ainda nesse capítulo, descrevemos as primeiras manifestações de uma socialização escolar das crianças e jovens através da apresentação do mestre-escola responsável pela alfabetização de parte da população que habitava na comunidade, assim como sua substituição pela professora normalista. Finalizamos o capítulo com a apresentação da principal personagem desta investigação: Dona Zilda de Sousa Barros, responsável pela criação e condução da escola que ora estudamos.

O terceiro e último capítulo, intitulado de *A escola filantrópica São Gabriel*, revelamos a importância da Fundação Cristã para Crianças e Idosos na transformação da Escola São Gabriel. Também descrevemos o período em que a Escola foi registrada oficialmente no Ministério de Educação e Secretaria Estadual de Educação, deixando de ser um projeto e passando a ser uma escola classificada como comunitária e filantrópica. Fechamos o capítulo com a apresentação das principais dificuldades de funcionamento enfrentados por uma escola dessa modalidade e a solução encontrada no voluntariado docente e doações dos familiares dos alunos.

Devemos, por fim, explicar, que o nosso interesse por esse estudo parte de razões pessoais, uma vez que fazemos parte dessa história que é uma história de família e uma história da educação de Picos. Todavia, temos consciência que para além da importância em âmbito doméstico\comunitário, este trabalho é de grande relevância por retratar uma história ímpar do semiárido piauiense que é a história da Escola São Gabriel que nasceu e se desenvolveu através de filantropia e que em toda a sua singularidade conseguiu fazer muito pela educação e pelas crianças não só da localidade Cipaúba, mas de várias localidades da municipalidade. Podemos até afirmar que o trabalho aqui realizado ajuda a esclarecer as razões pelas quais, em um determinado contexto histórico, dada sociedade viabiliza a existência de instituições públicas gratuitas, em forma de uma escola comunitária e filantrópica.

Primeiro Capítulo

O amor à humanidade

1.3.Etimologia, história e modalidades

A palavra filantropia deriva de duas outras expressões gregas: Philos que significa aquele que gosta de; Anthropos significando homem. Por conseguinte, Philantropia significa amor pela humanidade. Segundo Araújo (2015) a filantropia como ação de caridade para com o próximo solidificou-se em tempos idos sob o reinado do imperador romano Flavio Claudio Juliano, responsável por restaurar o paganismo como a religião dos romanos e que a utilizou para equiparação ao termo “caridade”, uma das virtudes da nova religião cristã. O termo consolidou-se “[...] sob o conceito histórico da compreensão que Aristóteles e os Estoicos tinham da amizade do homem para com outro homem, assim entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem.” (ARAÚJO, 2017, p. 01).

Assim entendida, a filantropia se concretizou ao longo de vários séculos pelas chamadas sociedades cristãs ocidentais enquanto prática social vinculada a caridade. Associada às ações do cotidiano das sociedades está intrinsecamente ligada a história da Igreja Cristã, que durante um longo período orientou a conduta moral de seus féis nos preceitos bíblicos da caridade e do amor ao próximo como podemos observar em Thiago 2:14-17:

De que adianta, meus irmãos, alguém dizer que tem fé, se não tem obras? Acaso a fé pode salvá-lo? Se um irmão ou irmã estiver necessitando de roupas e do alimento de cada dia e um de vocês lhe disser: “Vá em paz, aqueça-se e alimente-se até satisfazer-se”, sem porém lhe dar nada, de que adianta isso? Assim também a fé, por si só, se não for acompanhada de obras, está morta. (BÍBLIA, s\d).

No entendimento de Gusmão (2000), essa concepção de caridade pode ser encontrada em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Cristã, em virtude de sua hegemonia nas sociedades ocidentais, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria.

Pimentel (2011) nos conta, que no Brasil, desde o século XVIII, as práticas da filantropia e da assistência social estão diretamente associadas à caridade e às iniciativas sempre decorrentes de ações isoladas e de caráter voluntário, em grande parte, originado

nas instituições religiosas. Na verdade a tradição da filantropia inicia-se a partir das atividades da Igreja Católica, desde os primórdios do Brasil colônia com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos em 1543. A atuação das Igrejas na assistência às comunidades mais necessitadas dura todo o período colonial, até o início do século XIX. A partir do século XX, outras religiões passam também a atuar no campo da caridade com fins filantrópicos, e observa-se o crescimento do número de organizações religiosas, confessionais e assistenciais oferecendo seus serviços à população excluída das políticas básicas de educação e saúde.

Somente com o estabelecimento de uma política republicana no Brasil é que vamos perceber a presença do Estado no campo da assistência social, já aí com o caráter laico, ditado pelos preceitos da nova constituição que separou a igreja do Estado. Araújo (2017) observa que esse período marcou o início de uma ação oficial, direcionada à toda a população carente, promovendo mudanças em uma prática de ações filantrópicas que sempre se faziam realizar sob o prisma da moral cristã do valor da pobreza como redentora dos pecados.

A partir da década de 1930, quando observa-se o aumento do processo de crescimento do país, da industrialização e da urbanização, vê-se também aumentar o número e a complexidade dos problemas sociais. É nesse cenário que surgirão diversas entidades da sociedade civil com intuito explícito de ações filantrópicas. De acordo com os estudos de Pimentel (2017), em 1935, foi promulgada a lei de declaração de utilidade pública, que regulamenta a colaboração do Estado com as instituições filantrópicas.

Nas duas décadas subsequentes observa-se o florescimento das organizações partidárias criadas no berço do sindicalismo com ações voltadas à filantropia. Embora já bastante organizada, a sociedade permanece, nas décadas de 70 e 80, tradicionalmente hierarquizada e bastante desigual, levando ao surgimento dos movimentos sociais, que reivindicam direitos sociais para as minorias e fazem oposição às práticas autoritárias do regime desse período.

Desde a década de 1940, que ocorrem tentativas de atribuir a Assistência Social no Brasil um caráter de política pública apoiada pelo Estado. Por essa razão em 1942 foi criado no governo Vargas o **Conselho Nacional de Serviço Social** e a **Legião Brasileira de Assistência** – LBA, mas apenas com a Constituição de 1988 é que a Assistência Social passa a caracterizar-se como política pública integrando, dessa feita, o chamado “tripé da seguridade social” junto das políticas de saúde e previdência.

A partir da Constituição Cidadã, vários desdobramentos legais ocorreram no sentido de organizar e normatizar as instituições filantrópicas do país estabelecendo os objetivos da

Assistência Social, dispondo sobre a isenção da contribuição previdenciária às entidades beneficentes de assistência social, vedando a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação, e de assistência social sem fins lucrativos, a exemplo das Lei 8.742/93, Lei 9.732/98, Lei 9.790/99e a Lei 12.868/13.

A **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil e logo no artigo 1º determina que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A mesma lei, no artigo 3º aponta aspectos que caracterizam entidades e organizações filantrópicas:

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. (BRASIL, 1993, f.01).

Nesse mesmo sentido, a **Lei 9.732/98**, entende por assistência social beneficente a prestação gratuita de benefícios e serviços a quem dela necessitar, e indica a isenção concedida, em caráter geral ou especial, de contribuição para a Seguridade Social às instituições educacionais e de saúde em conformidade ao estabelecido no art. 4º desta Lei.

Art 4º As entidades sem fins lucrativos educacionais e as que atendam ao Sistema Único de Saúde, mas não pratiquem de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozarão da isenção das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 1991, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes e do valor do atendimento à saúde de caráter assistencial, desde que satisfaçam os requisitos referidos nos incisos I, II, IV e V do art. 55 da citada Lei, na forma do regulamento. (BRASIL, 1998, f.04).

Apenas um ano depois a **Lei 9.790/99**, elenca de forma mais ampliada quais instituições podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos. Não obstante, para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. E alerta que não são passíveis de qualificação como Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público, as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

Por fim, a **Lei 12.868/13** estabelece a certificação de entidades que prestam serviço educacionais em caráter filantrópico aquela que demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal; atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

Para fins desse estudo, interessa-nos analisar as leis no que tange as normas que regulamentam a criação e o funcionamento das escolas filantrópicas, criadas exclusivamente com essa finalidade. Mas antes, é preciso conhecer o processo histórico que deu origem às escolas filantrópicas no Brasil.

1.4.A emergências das escolas filantrópicas no Brasil

A partir do século XVI, quando é possível identificar uma mudança decisiva no sentido de substituir a ação filantrópica caritativa iniciada e controlada pela Igreja, por iniciativas da beneficência laica administrada pelo Estado, vemos surgir as leis que regulamentavam a pobreza e estabeleciam formas diversas de assistência e amparo à criança pobre, dentre elas as instituições asilares sem fins lucrativos.

Conforme estudos realizados por Rizzini (2008), durante o século XVIII e parte do século XIX, predominava no Brasil a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs expostas:

O melhor exemplo desse modelo foi a “Roda dos Expostos” – instituição que acolhia crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali os abandonava. Estas instituições espalharam-se pelos países católicos, sendo implantadas no Brasil por volta de 1730, através da Santa Casa de Misericórdia. Por mais de 150 anos os asilos de expostos com suas rodas cumpriram seu papel de abrigar os enjeitados da sociedade. (RIZZINI, 2008, p.111).

Na segunda metade do século XIX, a moralidade e a mortalidade das crianças entregues às Rodas ganhou destaque nos debates dos médicos higienistas fazendo esmorecer o discurso da misericórdia para dar espaço aos de cunho científico e social. Segundo Carvalho (1991), já não bastava mais a assistência de cunho asilar destinada às crianças abandonadas e

delinquentes, os higienistas e outras autoridades políticas da época colocavam a escola como solução desses problemas.

Desde meados do século XIX, a educação das crianças, jovens e adultos das camadas populares livres, nacionais e estrangeiras, e libertas, constituiu um dos projetos de reforma insistentemente discutido pelos dirigentes do Estado e por outros setores da sociedade imperial. A ênfase na instrução e na educação popular, viabilizadas pela construção de escolas públicas e colégios, e pelo desenvolvimento da escolarização, acompanhavam outros planos de intervenção dos poderes públicos na vida da população e nos espaços das cidades, como a construção de ferrovias e bondes, a instalação da iluminação pública, os projetos de saneamento, ajardinamento e cercamento de praças, a regulamentação das festas, além da "ideologia da higiene", responsável pela prevenção e erradicação das doenças como a febre amarela, que atingiam em cheio os setores mais pobres da população. (SCHUELER, 1999 s/p).

Todavia, ao final do século XIX, o ensino público brasileiro não estava organizado, havia mais escolas privadas que públicas e somente 14,8% da população era alfabetizada. Diante da inércia de ações concretas do Estado, na primeira metade do século XX algumas iniciativas da sociedade civil em criar instituições filantrópicas ganham destaque nas áreas de educação e saúde a exemplo das Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (1954).

Kuhlmann Junior (2001) observa que a fase higienista da filantropia que ocorreu durante o século XIX e início do século XX caracterizou-se pela ampliação do atendimento à criança pobre, órfão e desvalida, surgindo instituições beneficentes, ou seja, creches para as mães trabalhadoras. A partir da década de 1950, as creches existentes fora das indústrias, na sua grande maioria eram de responsabilidade de entidades filantrópicas, laicas e muitas delas de cunho religioso, cujo objetivo era suprir as carências da pobreza. As primeiras preocupações destas instituições eram com a alimentação, os cuidados da higiene e a segurança física, sendo pouco valorizado o trabalho de desenvolvimento intelectual e afetivo com as crianças.

Segundo Bittar (1999), entre as décadas de 70 e 80, as ações educativas filantrópicas encontravam-se vinculadas à assistência social, cujas atividades eram, geralmente, comandadas pelas primeiras damas dos municípios, dos estados e da União, numa perspectiva claramente identificada como favor, benesse, assistencialismo, que, de certo modo, reproduzia a condição de subalternidade do usuário. A filantropia é regulada pela política de assistência social, mas, apenas com a Constituição Brasileira de 1988, é que a assistência social adquiriu status de “política pública”.

A partir desse período a Escola Filantrópica passa a caracteriza-se como uma instituição de educação que presta serviços educacionais e/ou de assistência social, colocando-os à disposição da população sem exigir por eles qualquer tipo de remuneração. Em geral, esses serviços prestados pelas escolas filantrópicas são caracterizados como atividades complementares à ação do Estado; por essa razão, podem ser entendidas como medidas compensatórias, mas necessárias, para assegurar o acesso da população a determinados serviços.

1.3 Modalidades de escolas de filantropia

No contexto atual a escola considerada regular, como gênero, se subdivide em duas espécies: as públicas e as privadas. As escolas privadas, por meio de uma dedução lógica do texto constitucional de 1988, se diferenciam, por sua vez, em lucrativas e não lucrativas. Recorrendo ao capítulo da educação o artigo 213 da Constituição diz **Os recursos públicos** serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou **filantrópicas**, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1o. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2o. A atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. (Brasil, 1988)

As modalidades que se subdividem em escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, por não terem finalidade lucrativa fazem o exercício institucional de ensinar dentro de uma visão não-possessiva e, desse modo, podem receber recursos públicos como bolsas ou programas de apoio às atividades de pesquisa, quanto se isentarem de impostos. Cury (2016) pondera que embora tais escolas não possuem finalidade lucrativa no interior do sistema contratual de mercado, não possam auferir algum lucro, afinal o que está em jogo é a finalidade deste lucro.

O autor supra citado, afirma que por patrocinarem um bem público, às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas herdaram a tradição de uma escola privada que, por

comprovar finalidade não-lucrativa, obtém tanto o reconhecimento oficial quanto a possibilidade de recursos públicos, na forma do art. 213 da Constituição Federal, mas cuida em esclarecer as características de cada modalidade:

- **A escola filantrópica** é aquela altruísta no sentido de buscar compensar os mais evidentes entraves ao trânsito de determinados indivíduos carentes ao estatuto pleno da cidadania;
- **A escola comunitária** busca estes ou outros caminhos (p. ex., o da manutenção de formas cooperativas), mas sempre dentro de uma vertente que combina pequenos pagamentos, voluntariado e serviços, por exemplo, dentro de grupos, bairros ou regiões vulneráveis ou então uma finalidade voltada para educação inclusiva;
- **A escola confessional** será objeto da autorização, menos pela inexistência de herdeiros ou pelo voto de pobreza e mais pela indicação de prática não-lucrativa inerente à solidariedade, em princípio oposto ao “individualismo possessivo”. Ela também é assim designada porque, em sua identidade religiosa, busca transmitir uma diferença constituída pelos princípios de uma religião que se apresenta por meio de valores e símbolos próprios daquela denominação.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 9.394/96, confirmam os dispositivos da Constituição Federal e no Art. 20 indica as categorias de ensino privado:

I - **particulares**, em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas do direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo:

II - **comunitárias**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

III - **confessionais**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - **filantrópicas**, na forma da lei. (Brasil, 1996).

No que tange especificamente às escolas filantrópicas, o Decreto Nº 2.536 de 1998, em seu art. 3º, explicita as condições pelas quais uma entidade possa fazer jus do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, as quais devem ser comprovadas durante 3 anos antes da solicitação:

I – estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento;

II – estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social;

III – estar previamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

IV – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção dos seus objetivos institucionais;

V – aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

VI – aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção das contribuições sociais usufruídas;

VII – não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

VIII – não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

IX – destinar, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no CNAS ou a entidade pública;

X – não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social. (Brasil, 2016c)

Um exemplo claro de escolas filantrópicas existentes na sociedade brasileira, pode ser observado nas instituições de ensino gerenciadas pela Fundação Bradesco. Considerada uma instituição benemerente, possui 40 escolas próprias e outras iniciativas de inclusão social. Na área estudantil, a Fundação Bradesco é a maior instituição filantrópica do Brasil, e está entre as cinco maiores da América Latina.

De acordo com informações coletadas no site oficial da Instituição Fundação Bradesco (2017), esta foi criada em 1956 por Amador Aguiar, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização às crianças, jovens e adultos. Inaugurou sua primeira escola em 29 de junho de 1962, na Cidade de Deus - Osasco/SP, com 300 alunos e 7 professores. Atualmente conta 40 escolas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com atendimento de 108.825 alunos em 2009.

Possui, também, o museu do Bradesco cuja finalidade é resgatar a história “vitoriosa” do Banco e a ação social da Fundação Bradesco. Na opinião de seus gestores, as escolas constituem-se referência sociocultural para cada região. A comunidade vê na Fundação Bradesco possibilidades de ampliar horizontes de trabalho e de realizações. Em cada unidade multiplicam-se os princípios éticos que orientam ações coletivas e pessoais. As unidades destacam-se pela qualidade de trabalho e excelente infraestrutura, o que poderia justificar a grande procura de moradores da região por matrículas em todos os cursos.

Alguns especialistas na área de fundações com ações voltadas para a filantropia, explicam que no Brasil existem poucas fundações. Enquanto Nos Estados Unidos já existem 40.000 fundações, sendo que a 10ª colocada tem 10 bilhões de dólares de patrimônio, aqui conseguiu 66 fundações como parceiras. No entanto, muitas fundações no Brasil têm pouca atuação na área social. Nossa maior fundação tem 1 bilhão. Devido à inflação, sequestros de dinheiro e congelamentos, a maioria de nossas fundações não tem fundos. Vivem de doações anuais das empresas que as constituíram. Em épocas de recessão, estas doações minguam, justamente quando os problemas sociais aumentam. A Fundação Bradesco é um dos raros exemplos de fundação com fundos, um exemplo bem diferente da escola filantrópica que iremos apresentar no próximo capítulo.

SEGUNDO CAPÍTULO

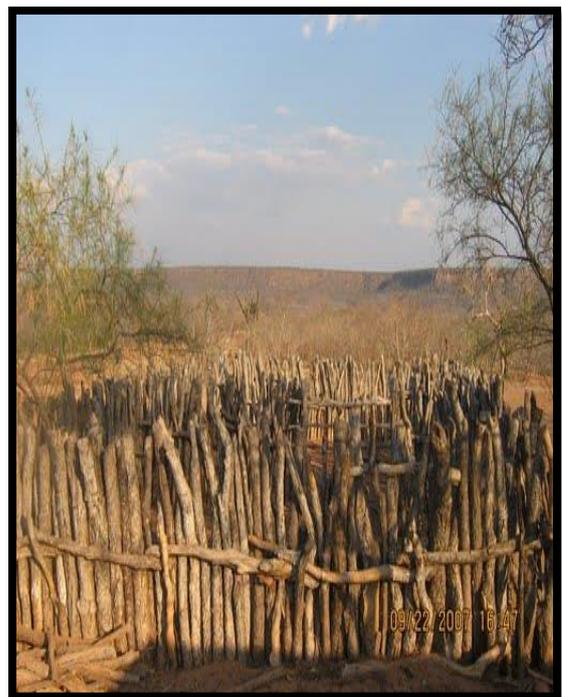
A comunidade e a necessidade de escolas

2.1. Origens históricas da comunidade de Cipaúba

A história relatada neste capítulo faz parte da tradição oral da comunidade investigada. Ou seja, foi produzida através das memórias de seus moradores e do cruzamento desses relatos com outras fontes documentais a exemplo de livros, fotografias, entre outras. Historiadores, a exemplo de Matos (2005), reconhecem que nos centros das comunidades os relatos das tradições orais são fundamentais para a sobrevivência das pessoas como grupo, pois é através da memória histórica que se preserva as práticas cotidianas, as vivências religiosas, o conhecimento da natureza, a diversão, os usos e costumes.

A partir da tradição oral nos foi possível apreender que a comunidade de Cipaúba pertencente a municipalidade de Picos (PI), estando localizada na zona rural a 12 km da sede, tem seu nome derivado uma árvore brasileira da família das Combretáceas comum na caatinga do Nordeste brasileiro, denominado Sipaúba. A sua existência em abundância permitia aos moradores pioneiros fazerem seu uso como estacas para cercas e também como lenha para cozinhar os alimentos.

Fotografias 01 e 02: Sipaúba - a árvore e a cerca feita do seu tronco)



Fonte: www.google.com.br\ sipauba (2017)

Segundo relatos de moradores locais, que participaram da pesquisa aqui apresentada, a história dessa comunidade iniciou-se juntamente com a história do município de Picos. Assim sendo, teria suas origens marcadas pelos criadores de gado vacum e cavalar que aqui se estabeleceram desde fins do século XVII erigindo casas e currais às margens do rio Guaribas. Segundo Carvalho (2015), a criação do povoado, propriamente dito, data do início do século XX, quando três famílias se instalaram na região e iniciaram o cultivo da terra como a família do senhor Jeremias, do Senhor Leal e do senhor Antonio Mundin.

Pouco se sabe da vida cotidiana dos primeiros moradores, mas de acordo com o depoimento de dona Antônia de Sousa (2010), uma das moradoras mais antiga da comunidade, as famílias pioneiras que ali se instalaram habitavam em casas enormes de taipa cobertas com telhas de barro, as famílias eram bastante numerosas, e viviam do plantio de algodão, arroz, milho, feijão e da criação de gado. Na época da seca, o plantio se deslocava das roças para as vazantes ribeirinhas onde eram cultivados o alho, o feijão, a batata doce e abóbora.

Por volta de 1915 a localidade ainda era habitada por poucas famílias, alguns moradores, como o senhor Manoel Gabriel Teixeira (2017), relatam que depois da colheita, alguns homens saíam em comboio para o Maranhão, com suas mulas carregadas com alho e algodão para vender e aproveitavam a viagem para trazer produtos que não possuíam nessa região. Observa o autor que por esse tempo as esposas ficavam sozinhas, cuidando dos filhos e da lavoura. Não havia energia elétrica tampouco água encanada, situação que dificultava o serviço das mulheres.

A senhora Maria da Costa (2017) relata que os afazeres domésticos começavam ao nascer do dia quando mulheres e crianças, com o auxílio de jumentos, saíam para o rio em busca de água a fim de realizarem as tarefas diárias como cozinhar, aguar o chão para varrer, lavar os utensílios domésticos, dar de beber aos animais. De fato, o rio Guaribas era a principal fonte de renda e de vida dos primeiros moradores. E não poderia ser diferente em um período em que os homens dependiam de rios, riachos e olhos d'água para sobreviverem no sertão.

O padre Miguel de Carvalho (1993\1697), em visitas realizadas no sertão do Piauí em fins do século XVII, revela que os espaços escolhidos pelos colonos a fim de estabelecerem suas moradias estavam sempre associados à um veio de água:

Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, em que

moram 441 pessoas, entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Mais lagoas e olhos d'água tem, em que moram algumas pessoas que, por todas as de sacramento, fazem o número de 605 [...]. (CARVALHO, 1993, p.28).

Nunes(1975) sublinha, que os rios, ou cursos fluviais, foram, e sempre serão um dos mais importantes recursos para a sobrevivência da população piauiense. São eles que nos fornecem grande parte da água que consumimos, que usamos para produzir nossos alimentos, de que necessitamos para nossa higiene e que utilizamos para irrigar o solo das áreas agrícolas. Além disso, os rios também são muito importantes pelo fato de serem usados, em várias regiões, como vias naturais de circulação, ao longo das quais as embarcações se deslocam transportando mercadorias e pessoas; e, ainda, por sua utilização na produção de energia hidrelétrica, sem esquecer da importância que têm pela exploração da pesca e das vazantes feitas nas suas margens como fonte de alimentos.

Fotografia 03: vazantes no rio Guaribas



Fonte: Edimar Luz 31/01/2011

Por esse tempo, na comunidade da Cipaúba, a rotina cotidiana das crianças das crianças era dividida em dois momentos diários:

- a) As horas do dia em aquelas que já possuíam uma idade de entre 7 e 14 anos iam para o serviço da roça, ajudar na lavoura;

- b) As horas do dia que dedicavam as brincadeiras como fazer as cercas dos currais com cipós, cipó queimado, se esconda, casinhas nas matas com bonecas de espigas de milho.

Segundo Vieira (2006), na municipalidade de Picos no início do século XX, as crianças participavam de todas as atividades, fosse conduzindo os animais no transporte da mandioca e da cana, fosse tangendo os bois para o pasto, o certo é que a utilização da mão – de – obra infantil nos trabalhos da lavoura e da pecuária consistia numa prática comum na sociedade de então, e era nesse convívio da criança com os adultos que as tradições eram transmitidas e perpetuadas numa continuidade sócio- cultural que fazia com que, desde cedo aquelas amadurecessem para o trabalho e para as responsabilidades que a vida de filhos de sertanejos lhes impunha.

Nos estudos realizados por Vieira (2006), até mesmo as brincadeiras das crianças refletiam o mundo e o comportamento das pessoas adultas com quem conviviam. Por essas razões em seus momentos de lazer sempre existia a confecção de panelinhas de barro, de vaquinhas de ossos, das bruxinhas de pano, da pequena roça de milho, igual ao dos pais.

A participação de jovens e crianças nas atividades de pastoreio e noutras atividades peculiares à rotina da atividades da agricultura, também era comum noutras regiões brasileiras e revela que o cotidiano infanto-juvenil em princípios do século XX era determinado, como esclarece Mauad (2000), a partir da rotina do mundo adulto. Era a rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano das crianças ao estabelecer os princípios norteadores a serem seguidos.

2.2. O mestre-escola Luiz Belizário e as normalistas

Corria o ano de 1920 e não havia escolas na região em que o povoado de Cipaúba estava situado. Na verdade, Vieira (2006) observa que mesmo na sede da municipalidade, na cidade de Picos, havia escassez das escolas e aquelas existentes registravam a baixa frequência de alunos. A instrução existente no município era ministrada em quatro escolas estaduais sendo duas localizadas na cidade (uma para cada sexo) e duas escolas mistas localizadas nos povoados de Genipapo e Riachão. Existia, ainda uma escola particular que funcionava sem as devidas prescrições legais.

Aos poucos as famílias que viviam na localidade, foram percebendo como era prejudicial às crianças a ausência de escolas e buscando resolver ou, ao menos, minimizar essa situação contrataram um mestre-escola para ensinar seus filhos a ler, escrever e contar no ambiente doméstico. Essa era a prática comum no território brasileiro no início do século XX,

a escola oferecida pelo governo, assim como os serviços da escola particular, só conseguiram beneficiar crianças dos centros mais populosos, nas pequenas vilas, sítios e povoados, afastados desses centros, o processo de escolarização acontecia sob a responsabilidade direta das famílias que lançavam mão de formas variadas de ensino para que seus filhos fossem iniciados no mundo dos letrados (VILLELA, 2000).

Os mestres-escolas eram figuras remanescentes da fase primária da nossa colonização, e tiveram uma participação significativa na educação das crianças brasileiras, sendo, por assim dizer Pereira (1996, p. 78), “[...] os obreiros que trabalharam nos fundamentos de nossa estrutura cultural, alicerçando, com a argamassa das primeiras letras, o majestoso edifício da nossa cultura”.

Devemos observar que nesse princípio de século XX as ações empreendidas pelos governantes para organizar o trabalho dos educadores de crianças tinham suas atenções centradas na força simbólica das professoras formadas na Escola Normal. Todavia a contratação de professoras normalistas não conseguiam atender todos os povoados da região, e assim as famílias continuavam lançando mão dos velhos mestres de escolas que prestavam seus serviços temporariamente, quando contratados.

Na comunidade de Cipaúba, o mestre que atendeu aos pleitos das famílias que ali habitavam foi Luiz Belisário. Ele vinha da cidade de Bocaina, era o mais requisitado pelas famílias que muitas vezes se juntavam para pagar o professor que montava os bancos improvisados na casa de seu Manoel Gabriel Teixeira, o incentivador dessa idéia na comunidade. O trabalho do mestre durava só o tempo das crianças aprenderem a colocar o nome, soletrar algumas palavras, e contar, cerca de dois meses.

A senhora Antonina Rosa de Sousa, filha de seu Manoel Gabriel Teixeira, uma das primeiras alunas, relata o quão importante era a chegada daquele momento da aula:

Lembro-me que esperava ansiosa a hora da aula, meu sonho era ler uma carta. Não tinha livros, nem caderno, só usava folhas. O mestre lia muito mal, gaguejava e eu achava lindo. Papai fazia questão que seus sete filhos aprendessem a escrever o nome. (SOUSA, 2017, f.01).

Desse modo, pode-se perceber que a instrução que as crianças recebiam do mestre era precária, o mesmo lia com dificuldade, seu trabalho durava um curto tempo, pois tinha pouco a ensinar. As crianças aprendiam a escreverem seu nome, soletrar algumas palavras e contar alguns números, mas embora, a aprendizagem oferecida fosse bem limitada parecia muito para aqueles que até então não recebiam educação de modo algum.

O tempo transcorreu com as crianças de Cipaúba tendo pouco alcance a educação, os mestres-escolas prosseguiram com seu trabalho rudimentar de ensiná-las a ler, escrever e contar e assinar o nome, principalmente. Somente três décadas depois, em 01 de Março de 1985, é que foi fundada a primeira escola municipal e oficial da comunidade em um terreno doado pelo senhor Jeremias José de Barros. O então prefeito da cidade de Picos, o Dr. Abel de Barros Araújo construiu o prédio contendo duas salas de aula, uma cantina e uma secretaria, funcionando apenas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Os alunos da 1ª e 2ª série estudavam juntos e os da 3ª e 4ª séries eram juntos na outra sala. A escola levou o nome do doador do terreno como uma homenagem ao mesmo, passando a chamar-se Escola Municipal Jeremias José de Barros.

A escola tinha apenas 15 alunos, alguns vinham da comunidade vizinha de Lagoa Grande. As professoras eram mulheres da comunidade que tinham estudado o Magistério na Escola Normal Oficial de Picos, como contratadas por indicação política. As professoras normalistas, ao contrário dos mestres-escolas, faziam parte das inovações sócio educacionais presentes no imaginário republicano e das intenções de autoridades daquele período em estabelecer marcos distintivos entre o pretendido e o exercício docente realizado em períodos anteriores. Araújo e Moreira (2006, p. 194), relacionam algumas das mudanças efetivadas no período: “[...] o ensino individual cedeu lugar ao ensino simultâneo, o método intuitivo sucedeu o tradicional e a sala de aula unitária cedeu lugar à escola graduada com várias classes e seus respectivos professores”.

Todavia, as crianças da rede pública só eram permitidas freqüentar a escola a partir dos sete anos de idade. Assim os menores de três a seis anos se mantinham fora da escola. Assim, a educação para a localidade se mostrava, ainda, de maneira precária, e a comunidade achou necessário, buscar alternativas. Era preciso, no entanto, compreender a importância da educação para se fazer algo, havia nesse local pessoas que compreendiam a dimensão do estudo e, assim, traçaram uma história que levaria a criação de uma escola comprometida com a aprendizagem, com a educação e que incidiria positivamente sobre o ensino da região.

2.3. A filantropia da família de Dona Zilda de Sousa Barros

O item anterior mostrou que na localidade Cipaúba a educação era um problema a ser enfrentado pelos habitantes da comunidade, principalmente pelos pais que queriam ver seus filhos instruídos por uma forma escolar. Emerge nesse cenário a figura da senhora Maria

Zilda de Sousa Barros, esposa do senhor Adão de Sousa Barros, com a proposta de criação de uma escola funcionando sob a responsabilidade das famílias e sem fins lucrativos.

O senhor Adão de Sousa Barros era filho do senhor Manoel Gabriel Teixeira, o primeiro morador local a levar um professor para a comunidade. Adão foi um desses jovens que saiu para servir o exército, viajou por muitos estados brasileiros e ao voltar para Picos (PI) casou-se com a senhora Maria Zilda de Sousa Barros e fixou residência no Bairro Junco. Ambos eram funcionários Indústrias Coelhos de Picos: ele como encarregado e ela como telefonista.

Conforme depoimento do senhor (2017) seu retorno à sua comunidade de origem iria acontecer por ocasião do falecimento do seu pai no ano de 1989, aos 93 anos de idade. Nesse tempo, o casal que já se encontrava desempregado desde o ano de 1988 precisaram vender sua casa de morada no Bairro Junco e passaram a morar na casa que era do seu pai. Segundo Adão(2017), foi uma adaptação difícil, considerando que os filhos estavam acostumados com uma vida de conforto, estudando em boas escolas, morando em casa com água encanada e todas as demais facilidades que uma cidade oferece aos seus moradores.

De fato, a chegada dessa família a comunidade de Cipaúba marcou a emergência de uma nova época para todos. Logo que instalado na nova casa o senhor Adão resolveu criar uma associação de moradores com uma diretoria composta por 20 membros, de 4 (quatro) comunidades circunvizinhas que partilhavam das mesmas dificuldades, a saber: Cipaúba, Lagoa Grande, Conselhos e Ponta d'água. Juntas somavam um total de 132 famílias associadas, que através de muita união e luta conseguiram, no espaço de dois anos, que fossem instalada água encanada, luz elétrica, um projeto de máquinas de costura e um terreno de 2 hectares para construção da sede da associação.

Persistia, porém, o problema mais antigo, a educação escolar de crianças e jovens. É certo que havia três prédios escolares municipais na área, mas apenas duas salas de aula funcionavam pela manhã e nenhuma à tarde. Na época a associação participou de uma reunião com o então prefeito de Picos, Abel de Barros Araújo, que informou não ter nenhum projeto para melhoria do quadro educacional que as comunidades enfrentavam naquele momento.

Em depoimento a nós concedido pela Dona Zilda (2017), a mesma contou que diante desses problemas e da tristeza que lhe abatia devido à mudança drástica de vida que passou a viver com sua família, ao perder o emprego e ter que morar com os filhos em uma comunidade pequena, situada na zona rural, enfrentou um princípio de depressão. A solução encontrada por ela e pelo marido, estava na ajuda ao próximo, e foi assim que em 1993 a esposa do senhor Adão, a senhora Maria Zilda incomodada com a quantidade de crianças fora

da escola, principalmente as de três a seis anos de idade, resolveu alfabetizar essas crianças sem nenhuma remuneração.

De acordo com seus relatos, ela passou a visitar cada família fazendo o convite aos pais e pedindo doações de materiais escolares às escolas particulares de Picos como o Instituto Monsenhor Hipólito, que doou os primeiros lápis e coleções, e o Banco do Brasil que doou os papéis utilizados nas primeiras tarefas. Dessa forma, conseguiu então compor a sua primeira turma de alunos que tinha um total de 10 (dez) crianças com idade que variavam entre 4 (quatro) e seis (seis) anos, que passaram a assistir aula diariamente na sala da sua casa com mesas improvisadas de carnaúba e as cadeiras eram latas, nas quais sentavam-se sem nenhum conforto, mas com muito entusiasmo.

Fotografia 04: Dona Maria Zilda de Sousa Barros



Fonte: acervo próprio (2017)

As atividades eram escritas à mão com a ajuda de sua filha mais velha Ismênia de Sousa com 14 anos e posteriormente com ajuda de sua outra filha Bruna de Sousa com 12 anos.

Fotografia 05: As filhas de Dona Zilda



Fonte: acervo próprio (2017).

Nas aulas que ocorriam na casa de Dona Zilda eram abordados os mais diversos temas como higiene, pois muitas famílias associavam a falta de recursos à falta de higiene e muitas crianças iam assistir aulas sem realizar uma higiene adequada. As atividades de coordenação motora eram feitas diariamente, as letras eram apresentadas e os números de 1 a 10. A senhora Maria Zilda relata que essa primeira experiência como professora foi muito proveitosa, visto que ela cursou até o segundo ano do antigo 2º grau mais obteve ótimos resultados com a primeira turma. Assim relata:

Apesar de não ter uma formação de professora na época, não tive dificuldades em dar aula, pois me baseava nas atividades que ensinava aos meus filhos, que tinham estudado por muito tempo em colégios particulares, eu criava uma rotina de todo dia cantar, rezar, brincar com eles, e minhas filhas eram minhas auxiliares, elas me ajudaram muito mesmo sendo novas. (BARROS, 2017, f.02).

O trabalho de Dona Zilda foi favorecido pelo que ela aprendeu ensinando a seus filhos, que estudaram em escolas particulares. Assim, ela quis compartilhar o que pode aprender com aqueles que estavam sem condições de frequentar uma escola. Além de lhes repassar conteúdos, Dona Zilda também brincava com os mesmos, rezava, cantava e oferecia, dessa forma, uma rotina agradável aos pequenos da localidade, como podemos observar nas fotografias abaixo:

Fotografia 06: Alunos de Dona Zilda



Fonte: Acervo pessoal de Dona Zilda (1993).

Pela foto é possível perceber que as aulas ocorria de maneira simples, no chão de barro, em espaços abertos e livres. Os assentos eram improvisados com cadeiras de macarrão, latas, madeiras e tijolos. Mesmo com poucas condições Dona Zilda tentava oferecer o melhor a seus alunos, como momentos de gincana, que além de propiciar aprendizagem, proporcionavam divertimento. E algumas mães participavam.

Fotografia 07: Gincana



Fonte: Acervo pessoal de Dona Zilda (1993)

Um ano após Dona Zilda começar a ministra aulas o número de crianças dobrou. Agora contava com 20 (vinte) crianças, não sendo necessário ir na casa de nenhum morador para conseguir alunos, os próprios pais a procuraram para levar seus filhos, assim como pessoas de comunidades vizinhas como Lagoa Grande e Ponta D'água. Segundo Dona Zilda, o aumento do número de alunos requisitou um novo espaço para as salas de aulas. E foi com a ajuda de seu esposo que improvisaram um espaço coberto de palha no quintal da sua casa e conseguiram da Escola Senador Nilo Coelho (SESI), por intermédio do senhor Chico Bombeiro, morador local, uma doação de vinte cadeirinhas e quatro mesas, as outras despesas como lápis, papéis giz, quadro, continuaram sendo mantidas pelas doações das escolas privadas e Banco do Brasil.

Fotografia 08: As salas de aula improvisadas



Fonte: Acervo pessoal de Dona Zilda (1994).

As crianças eram pré-alfabetizadas de modo informal, todas na mesma sala e ao ser matriculadas na escola regular já se encontravam em estágios avançados de alfabetização. Todavia, o trabalho de Dona Zilda mostrar ia-se difícil, pois muitos empecilhos apareceriam em seu caminho até que pudesse contar com uma ajuda mais efetiva para manter seu trabalho.

A respeito da história da escola, os autores da mesma, Dona Zilda e Sr. Adão contam que eram imensas as dificuldades para manter funcionando esse projeto que tanto agregava a população não somente da comunidade de Cipaúba, mas de outras comunidades vizinhas. O casal nos conta que as coisas tornaram-se complicadas, sobretudo, no ano de 1995, esse foi o momento em que a estrutura física da escola foi deteriorada pelas chuvas do mês de março e abril atrapalhando assim o andamento das aulas, pois não havia paredes para proteger as crianças dos ventos e da água.

Assim as aulas foram suspensas neste ano. Todas as circunstâncias indicavam o fim do projeto, pois não havia recursos entre a população para ajudar a escola a prosseguir e as crianças estavam prejudicadas sem aulas. Contudo, as coisas estavam bem próximas de encaminharem-se para uma solução.

TERCEIRO CAPÍTULO

A escola Filantrópica São Gabriel

3.1. A intervenção da Fundação Cristã para Crianças e Idosos

Dona Zilda ao lembrar a trajetória simples da escolinha conta que estava varrendo seus terreiros como de costume e apareceu uma irmã religiosa americana visitando a comunidade á serviço da igreja católica. Ao se aproximar pediu um copo d'água á dona Maria Zilda e começaram a conversar. Ela perguntou o que funcionava naquele salão coberto de palha, e as duas tiveram uma longa conversa. A senhora Maria Zilda relata que naquele dia a irmã Rosa Maria passou a noite na sua casa e ela contou sobre seu trabalho de alfabetizar as crianças da comunidade e o encerramento desse projeto devido às dificuldades. Começava ali uma amizade e parceria que vinha a mudar a realidade local.

A irmã Rosa Maria tinha contato com uma fundação americana a *Foundation for Children and Aging* (CFCA)- Fundação Cristã para Crianças e Idosos, que apoiava idéias como a dela que transformavam a sociedade e proporcionava as pessoas uma melhor qualidade de vida. Presente em mais de 21 países ajudava projetos que contribuía na transformação social de crianças de baixa renda através do apadrinhamento voluntário á crianças carentes.

Conversando com Dona Zilda a irmã Rosa Maria despediu-se afirmando que iria entrar em contato com a Fundação americana na qual ela havia trabalhado como voluntária por dois anos e iria solicitar que eles apoiassem a idéia dela para dar continuidade a esse projeto, pois ela estava muito comovida com essa iniciativa e pediu que ela não desistisse.

A irmã contou a Dona Zilda que o processo para conseguir ajuda da fundação americana era enviar uma ficha social contendo os dados pessoais e econômicos da criança e sua família, juntamente com uma foto da mesma. Ao ser apadrinhada a criança passava a receber doações para ajudar a manter sua educação escolar. Mantendo contado com seus padrinhos, onde a maioria eram famílias que escolhiam uma criança pelas fotos e pelas informações da sua ficha social. Duas vezes por ano e no Natal as crianças escreviam cartinhas para seus padrinhos contando como estava sua vida, sua família e agradecendo pela ajuda e atenção a ela concedida.

No entanto, Dona Zilda conta que não acreditou muito que essa ajuda fosse adquirida, ela diz “naquele tempo os Estados unidos era uma coisa de outro mundo, quando ela saiu pensei que ela nunca mais iria voltar naquele interior, que isso era uma coisa impossível”.

Dona Zilda conta que pensou que apenas era conversa da irmã Rosa e que não daria certo na comunidade, os Estados Unidos era outra realidade, muito distante do interior em que vivia, não imaginava que os estrangeiros pudessem dar a mão e ajudar com a educação das crianças da região.

Contudo, Dona Zilda estava enganada, apenas um mês depois a irmã Rosa Maria retorna a Cipaúba trazendo consigo um requerimento para ser assinado por ela e pela senhora Maria Zilda, solicitando a fundação americana ajuda para manter o que passou a se chamar Projeto Educacional Cipaúba e mais vinte fichas sociais para ser preenchida com os dados das Crianças.

A irmã Rosa explicou que as fichas com informações sobre as crianças seriam enviadas para a fundação com dados como condição social, idade, se a casa tinha piso, para que cada uma conseguisse ser apadrinhada, esse padrinho passaria a mandar uma quantia mensal, de acordo com as condições desse doador, e passariam a se comunicar por cartas e fotos. As fichas foram preenchidas e enviadas seis meses depois as trinta fichas enviadas foram aprovadas pela Fundação Cristã e a primeira remessa chegou, cerca de 300 dólares na época cerca de 900,00 reais.

A quantia, embora não muito grande era bastante significativa para a escolinha de Dona Zilda que estava acostumada a agir com muito pouco. A novidade se espalhou pela comunidade e a maioria dos pais bastante satisfeitos com o fato de terem seus filhos apadrinhados, ou melhor, de verem a educação de seus filhos apadrinhada. Mas, conta Dona Zilda que alguns pais não acreditaram nesse projeto e acabaram deixando a escola.

A novidade mobilizou a comunidade, as famílias entusiasmaram-se com o fato de seus filhos terem conseguido padrinhos americanos, a maioria ficou feliz em saber que as aulas iriam continuar mais algumas famílias abandonaram o projeto com medo de seus filhos serem vendidos, conversa essa que se espalhou pelas comunidades, pela falta de informação na época. Dona Zilda, conta que os pais tinham medo pelo fato de ouvirem rumores de crianças que eram vendidas para pessoas em outros países. A falta de informação levou muitos pais a abandonarem a escolinha, tirando seus filhos da mesma.

Contudo, passado algum tempo os pais puderam perceber que o trabalho era sério e que continuava, então muitos deles retornaram. A primeira remessa do dinheiro ajudou no início da construção das primeiras salas de aula e de uma cisterna de armazenar água, pois era muito importante para o funcionamento da escola. Passados quase dois anos seguiu-se a necessidade de legalizar o projeto, então foi criada pela comunidade a Associação dos Pequenos Irrigantes e Produtores Rurais de Cipaúba para assim em parceria com a

FundaçãoCFCA buscar os meios legais e necessários para obter sua 1ª resolução de autorização de funcionamento junto à Secretaria de Educação do estado do Piauí e assim poder expedir os documentos necessários para a vida escolar das crianças, como a Transferência escolar.O tempo foi passando e o Projeto Educacional Cipaúba e essa nova etapa se consolidando, então tornou-se necessário ter uma organização administrativa e pedagógica, exigências para a formalização da escola perante o MEC e o SEDUC além de capacitar os voluntários tanto na área pedagógica como na área de gestão escolar.

Nesse novo processo, Dona Zilda e seu esposo contaram com a ajuda e orientação da professora Davina, então diretora da escola “Tia Carminha” no centro de Picos. A ela coube ensinar tudo que se fazia necessário para ser consolidada a parte administrativa e pedagógica do projeto Cipauba.

A escola surgida da força de vontade de Dona Zilda, de sua família e da comunidade recebeu o nome de **Escola São Gabriel** e passou a ter como entidade mantenedora a Associação dos Pequenos Irrigantes e Produtores Rurais de Cipaúba II, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 02.426.046/0001-00.

O então projeto Educacional Cipaúba criou seu regimento escolar como objetivo de proporcionar educação e formação necessária às crianças carentes nos termos da lei que regia as Diretrizes e Bases da Educação nacional de, nº 9.324 de 20 de dezembro de 1996. A estrutura administrativa da Escola São Gabriel passou a ser constituída de: Diretoria; Secretaria; Serviços Gerais. Para tratar a dimensão pedagógica, fundamentou-se principalmente na Constituição Federal/88, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, nas Leis 11.274/2206.

A escola se organizava e passava a seguir um plano pedagógico, estruturando-se para oferecer educação de qualidade para as crianças da comunidade Cipaúba e passava atender crianças de outras localidades, mostrando qualidade em seus serviços.

Dessa forma, a segunda parte deste capítulo trata dos aspectos políticos educacionais da Escola São Gabriel e de seus sujeitos escolares, apresenta, assim, o Projeto Político Pedagógico da época de criação e de outras épocas em que a escola funcionou em regime de filantropia, falando sobre seus professores, alunos, retratando um pouco dessa história que é bastante rica e valiosa para o âmbito da educação do sertão.

3.2. A proposta educativa da escola filantrópica São Gabriel

Após ser registrada no Ministério da Educação em 1988, o **Projeto Educacional Cipaúba** passou a ser denominado como **Escola São Gabriel** vinculada a Associação dos Pequenos Irrigantes e Produtores Rurais de Cipaúba II. Conforme as normas vigentes, teve que elaborar sua proposta pedagógica para a clientela que pretendia atender ficando assim determinada:

- a) **objetivo:** oferecer Educação Infantil e Ensino Fundamental, embora no início trabalhasse apenas com o ensino da 1^a a 4^a série;
- b) **clientela:** a escola buscava alcançar somente as crianças que habitavam na localidade de Cipaúba.;
- c) **perfil do aluno:** fundamentados em uma concepção progressista, os gestores da escola delineavam o perfil do aluno como um ser total que tem um conjunto de experiências e conhecimentos adquiridos na sua história de vida;
- d) **perfil do professor:** esperava-se que o professor assumisse o papel de elemento problematizador\mediador da ação pedagógica, conhecedor do alunado, permitindo-lhe aprender, criar, investigar, resolver problemas, ter e ser de forma autônoma. Esta concepção de uma educação problematizadora era muito difundida no período por conta da pedagogia de Paulo Freire (1980), nela o professor e a escola atuam dentro de uma visão global do conhecimento, oportunizando ao aluno desenvolver, através de estratégias simples, a interação grupal em situações significativas que exigem: cooperação, partilha, troca de experiência, relações sociais e afetivas mais harmônicas e prazerosas.

Fotografia 09: Parte do alunado da Escola São Gabriel em 1993



Fonte: arquivo pessoal de Dona Zilda (1993)

Somente no ano de 1998 a Escola passa a ser reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação e um anos depois, 1999, elabora seu primeiro Regimento Escolar, com definição da identidade institucional, os objetivos e a organização administrativa, como podemos observar na citação abaixo:

Art. 1º O Projeto Educacional Cipaúba é uma **instituição comunitária**, dos moradores do bairro Cipaúba nesta cidade de Picos, estado do Piauí, pertencente a Associação dos Pequenos Irrigantes e Produtores Rurais de Cipaúba II.

Art. 2º O Projeto Educacional Cipaúba, tem por objetivo **proporcionar e formação necessária as crianças carentes**, com a expansão a qualquer localidade do território nacional, com abrangência necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de alta realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, nos termos da Lei que rege as Diretrizes e Bases da educação nacional de, nº 9.324 de 20 de dezembro de 1996.

Art 3º - O projeto Educacional Cipaúba, terá a seguinte **constituição administrativa**:

- a) Diretoria
- b) Secretaria
- c) Coordenação Pedagógica (PICOS, 1999, p.01).

O cadastro e a autorização de funcionamento da Escola São Gabriel como uma instituição comunitária atendia os requisitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que no artigo 20 classificava as instituições privadas de ensino nas categorias de:

Particulares: mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

Comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

Confessionais: que atendem a orientação confessional e ideologia específica;

Filantrópicas: sem fins lucrativos.

Era, pois, a Escola São Gabriel, uma **escola comunitária \ filantrópica**, funcionando com doações de particulares, dos pais dos alunos e de uma entidade internacional como a Fundação Cristã para Crianças e Idosos, sem finalidade lucrativa. Por esse entendimento, objetiva oferecer educação de qualidade para meninos e meninas carentes da localidade, buscando desenvolver suas potencialidades, oferecendo um trabalho de qualidade mesmo diante das dificuldades que se apresentavam a escolinha.

Quatorze anos depois, o Plano de Desenvolvimento Escolar de 2013 da Escola São Gabriel aponta para a mesma organização que visa um ensino de qualidade para as crianças carentes que nela se inserem, fazendo todas as melhorias necessárias para que o ensino seja diferenciado e promova o desenvolvimento integral da criança.

3.3. O voluntariado docente: o grande diferencial

Apesar do amparo legal, a Escola São Gabriel não tinha recursos financeiros suficiente para manter um quadro de professores pagando o salário mínimo que se mostrava coerente em cada época, a saber:

Janeiro de 1989	NCz\$	63,90
Maior de 1998	R\$	130,00
Março de 2008	R\$	415,00
Janeiro de 2017	R\$	937,00

Fonte: http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm

O dinheiro que recebia vinha da CFCA- Fundação Cristã para Crianças e Idosos- não era suficiente para quitar as despesas como água, luz, telefone, material escolar, material de limpeza, muito menos pagar um salário digno aos mestres. Portanto, a abertura para o trabalho docente voluntário foi a saída para garantir o funcionamento da Escola que conforme a Lei nº 9608 de 18 de fevereiro de 1998, vigente no período que caracterizava o serviço voluntário como atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Segundo depoimento de Dona Zilda, a escola conseguiu muitos colaboradores. Eram professores que se destinavam a ensinar por amor a profissão e recebiam apenas uma quantidade simbólica para ajudar nas despesas com deslocamento.

Os professores recebiam apenas uma quantia simbólica, era só para ajudar mesmo no transporte até a escola e comprar alguma coisinha, eles ensinavam mesmo porque gostavam, tinham amor pelas crianças, pela educação, gostavam mesmo do que faziam e também entendiam o valor do trabalho aqui da escolinha, a importância para essa gente toda, que precisava de educação, mas que tava bem esquecida. (BARROS, 2017).

Indubitavelmente, o serviço voluntário dos professores, vai dar destaque às práticas educativas na Escolão São Gabriel. Não apenas no que tange o reconhecimento da qualidade do ensino ali ministrado, mas também pelo significado de um trabalho voluntário na região, não por acaso a maioria do professorado voluntário vinha de outras localidades apesar das dificuldades de acesso à Cipaúba. Conta Dona Zilda que alguns professores vinham para passar uma temporada outros, no entanto, vinham para ficar e, assim, dedicaram anos de sua vida ensinando na escolinha.

Os voluntários foram destaque nos moldes educacional da São Gabriel, pois empenhavam-se em oferecer ensino de qualidade para as crianças, tinham o objetivo de fazer com que as mesmas aprendessem e de agirem positivamente sobre suas vidas.

A Professora Carla Carvalho foi voluntária na escola por oito anos e conta um pouco de sua experiência no local:

Foi um período de vida único, quando entrei na escola como voluntaria já sabia que tamanho era a responsabilidade, pois a educação era feita com amor e tinha de se ter o compromisso de dar o melhor de si, de realmente trabalhar para que os alunos aprendessem, fossem alguém na vida, o ensino era muito mais exigente do que nas escolas do município ou do Estado e a gente assumia esse compromisso de fazer sempre o mais, porque nunca estava 100% bom era preciso sempre melhorar, se aprimorar. Sem dúvidas a

escola passava a ser a segunda casa do voluntário e se ganhava uma família quando se ia trabalhar na São Gabriel, aprendia-se o que era parceria e solidariedade e foi por isso que eu como tantos outros voluntários permanecemos na escola por um longo tempo e sempre estávamos dispostos a vencer os obstáculos que se impunham. (CARVALHO, 2017).

Dessa forma, a escolinha ganhava o coração dos voluntários e construía-se uma história de afeto mútuo entre os sujeitos que faziam parte dessa história. A dedicação dos professores pode ser sentida nas palavras da Professora Carla, a responsabilidade com o ensino e aprendizagem das crianças também.

Assim, a Escola São Gabriel foi assim ganhando cada vez mais importância e se destacando na Educação da região. O trabalho dos professores foi trazendo cada vez mais qualidade à Escola e a contribuição da mesma para com a localidade Cipaúba e com as crianças locais tomava cada vez maiores proporções. Mesmo com os recursos limitados, a Escola São Gabriel expandiu seu atendimento e vem atendendo criança e jovens de outros bairros de Picos como Pedrinhas, Lagoa Grande, Lagoa Comprida, Paquetá, Pantanal, Umari, Junco, Conduru e Morrinhos. Mas do que uma estrutura física, são os professores e a qualidade do ensino que fazem a propaganda positiva da escola.

Sem dúvidas, o trabalho realizado pelo voluntariado docente na Escola São Gabriel alcançou muitos benefícios ao longo dos anos. O analfabetismo entre as crianças de 03 a 07 anos foi reduzido, a cultura das famílias locais mudou bastante, elas passaram a investir na educação de seus filhos, levar as crianças para a escola, incentivar seus estudos, ensinar as lições de casa passou a ser sua realidade, quando antigamente não havia essa responsabilidade entre os pais da localidade diante da inexistência de escolas. As crianças da localidade antes fadadas ao analfabetismo tiveram a partir da Escola São Gabriel a possibilidade de ser alfabetizadas e de concluírem o Ensino Fundamental e nos dias atuais o Ensino Médio. Tanto que vários de seus alunos ingressaram no Ensino Superior.

Fotografia 10: Professoras da Escola São Gabriel



Fonte: Maria Moura (2012)

Motivo de orgulho para a sua fundadora que aproveita a ocasião da entrevista para reafirmar que durante os vinte anos de funcionamento o apoio a Escola era basicamente feito pela CFCA e doações de alguns pais de alunos, apoio político somente em ano eleitoral e mesmo assim não ultrapassavam o campo das promessas:

Sempre aparecia políticos por aqui, mas só na época das eleições, aí eles vinham prometiam que ia ajudar e passava as eleições ficava só na conversa mesmo, tenho que dizer que algumas vezes recebemos algumas coisas, algumas doações, mas para se virar mesmo era só a ajuda da CFCA e dos voluntários, esses ajudaram muito a escola a não fechar as portas. (ZILDA, 2017).

É óbvio que os gestores da Escola São Gabriel anseiam por melhores instalações, ampliar suas possibilidades de ensino, oferecer melhor conforto para os alunos. Nesse sentido sempre buscaram parcerias, empreenderam planos, ações que acabaram se perdendo devido a falta de interesse da sociedade e do poder público, nos últimos tempos para com a filantropia. E para agravar a situação, atualmente o valor repassado pela entidade vem diminuindo constantemente, e, segundo a diretora, o número de alunos apadrinhados é bem menor que o número de matriculados na instituição.

A saída para manter a escola em funcionamento foi proposta pelos pais de alunos, que se propuseram a colaborar mensalmente com valores simbólicos. A doação não vem de todos, apenas daqueles que possuem uma renda maior, explica a atual diretora da escola professora Ismênia Barros, que ressalta não haver nenhum vínculo entre a escola e a Secretaria da

Educação e Cultura do Piauí ou da Secretaria Municipal de Educação de Picos (SME), pois para que o município pudesse ajudar financeiramente a instituição precisaria ser municipalizada. Segundo a Diretora, não há “[...] interesse da comunidade na municipalização porque muitas coisas iriam mudar, e a escola passaria a ser inteiramente gerida pelo município”. Enquanto isso, a ajuda da SME se limita a doação de alguns materiais escolares.

De fato, com toda a sua singeleza e simplicidade a Escola São Gabriel possivelmente é a única escola privada\comunitária\filantrópica da macrorregião de Picos, no semiárido piauiense, que funciona ininterruptamente por quase 20 (vinte) anos, já tendo atendido quase 5.000 (cinco) crianças e adolescentes.

Fotografia 11: primeiros alunos da Escola São Gabriel



Fonte: arquivo pessoal de Dona Zilda

Fotografia 12: alunos atuais da Escola São Gabriel



Fonte: arquivo pessoal de Dona Zilda

Podemos afirmar, que a dimensão da Escola São Gabriel não está apenas no meio onde ela se desenvolveu, mas em cada um dos sujeitos que fizeram do programa inicial uma escola de sucesso. Pois ali não foi só um lugar onde semearam uma escola filantrópica, mas um espaço onde ações se multiplicaram, e os sonhos foram divididos, partilhados e concretizados nas realizações e na singularidade de cada um que fez parte de sua história. Seja pais, mestres, alunos, todas as pessoas que ajudaram a construir a história de uma instituição educacional na municipalidade de Picos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filantropia, que pode ser entendida como o amor pela humanidade, concretizou-se nas sociedades cristãs. No século XIX no Brasil a filantropia alcançaria a educação devido ao fato de que o ensino no país mostrava-se desorganizado, surgiram instituições filantrópicas não só na educação, como também na saúde em busca de atender a criança pobre, carente ou desvalida.

Com a Constituição de 1988 a escola filantrópica foi caracterizada como uma instituição de educação que presta serviços educacionais sem exigir remuneração, o amor pela humanidade se mostra, dessa forma, na busca por fazer o bem sem receber nada em troca.

Dessa forma, esse estudo buscou apresentar o surgimento e desenvolvimento de uma escola de filantropia no semiárido piauiense, devido às condições sociais da época e do lugar, onde a falta de escolas fez com que uma família se dispusesse a criar uma escolinha para atender as crianças da Comunidade de Cipaúba, zona rural de Picos, buscando fazer com que as mesmas fossem ao menos alfabetizadas.

O empenho de Dona Zilda e de sua família, encontrou apoio junto a CFCA, entidade dos Estados Unidos com projetos de assistência a população carente, de modo que passou a auxiliar na manutenção da escola e pode ajudar a mesma a prosperar.

Assim, foi devido à falta de assistência do governo à educação que se mostrou necessário à criação de uma escola de filantropia na Comunidade Cipaúba, o que só foi possível com o empenho da família de Dona Zilda que enfrentaram todas as adversidades e conseguiram educar as crianças da localidade.

O projeto de Cipaúba contou com o voluntariado dos professores que foi essencial para que a escolinha prosperasse, esses sempre doaram o melhor de si, buscando repassar educação de qualidade, de modo que a Escola São Gabriel tornou-se referencial de educação na região de Picos.

Assim, fica a certeza de que é possível, com empenho e dedicação vencer adversidades e fazer nascer oportunidades. A Escola São Gabriel, funcionando com professores voluntários, recebendo doações do poder público, ainda que poucas, e contando com o apoio das famílias de alunos, pode ser caracterizada como filantrópica e mostrar como se ama a humanidade, através do amor a seus alunos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos. **Filantropia**: breve histórico e análise comparativa. Disponível em: www.migalhas.com.br. Acesso em 03\out\2017.

ARAÚJO, Marta Maria de; MOREIRA, Keila Cruz. **O Grupo Escolar Modelo** – “Augusto Severo” e a educação da criança. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BARROS, Maria Zilda de. Entrevista concedida à pesquisadora Viviane Barros em 29 de Agosto de 2017.

BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária**: uma identidade em construção. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: www.gestrado.net.br. Acesso em: 20 maio 2017. BRADESCO. Instituição Fundação Bradesco. Disponível em: <https://fundacao.bradesco/>. Acesso em 04 out. 2017.

BRASIL. Constituição. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 nov. 2016.

_____. **Coleção das Leis da República (1889-2000)**. Disponível em: <http://www2.camara.legbr/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 3 nov. 2016b.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: www2.mppa.mp.br. Acesso em 04\abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.732**, de 11 de dezembro de 1998 que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 04\abr.\2017.

_____. **Lei 9.790/99**, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 04\abr.\2017. _____. Lei 12.868/13, que altera a Lei no 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal; altera a Lei no 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990; altera as Leis no 12.761, de 27 de dezembro de 2012, no 12.101, de 27 de novembro de 2009, no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no 9.615, de 24 de março de 1998; e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 04\abr.\2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados** - O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Padre Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí** – comentários e notas do Pe. Cláudio Melo. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação escolar e a rede privada**. Revista de Educação Movimento. Ano 3. N.5, 2016.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980

GARRIDO, Ioan del Alcazar i. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set192-ago/93, p. 33.

GUSMÃO, R. **A ideologia da solidariedade**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000. p. 93-112.

JOUTARD, Philippe. **História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos**. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Madeta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

KULHMANN JR. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2001.

MATOS, Gislayne.A., **A Palavra do Contador de Histórias: sua Dimensão Educativa na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

MAUAD, A.M. **A vida das crianças de elite durante o Império**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2ªed. São Paulo : Contexto, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2ª. ed., Vol 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

PEREIRA, Antônio Sampaio. **Velhas escolas-grandes mestres**. Teresina, COMEPI, 1996.

PIMENTEL, Melissa Porto. **Da filantropia ao investimento social privado estratégico**. 2011. Disponível em <http://captacao.org/recursos/artigos/317>. Acesso em 03/out/2017.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

RODRIGUES, Thiago. **Descartes, uma síntese da modernidade**. Disponível em: , 2007. Consultado em: 01 dez 2009.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999

SOUSA, Antonina Rosa de. Entrevista concedida a pesquisadora Vivianne Barros, em 01 de Setembro de 2017.

VIEIRA, Maria Alveni Barros Vieira. **Educação e sociedade picoense: 1859-1930**. Teresina: EDUFPI, 2006.

VILLELA, Heloísa de Oliveira. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cyntia Greive. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Vivianne de Sousa Barros,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Uma escola filantrópica no semi-árido piauiense
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 24 de Maio de 2018.

Vivianne de Sousa Barros
 Assinatura

Vivianne de Sousa Barros
 Assinatura